



# Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 02 DE ABRIL DE 1975.

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edison Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorcin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielese Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Fuad Nacli (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO E EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 10/74, que aprova os Termos de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando a implantação de Complexos de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 3, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/74.

marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para sexta-feira, dia 4, às 9,30 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 13/75.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Quielese Crisóstomo.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edison Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorcin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielese Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Fuad Nacli (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob o nº 233/75, do Senhor NOEL LOBO GUIMARÃES, comunicando haver assumido as funções do cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 142/75, do Senhor PAULO CARNEIRO RIBEIRO, comunicando haver assumido o cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 02/75, do Senhor CARLOS SALLES, Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 207/75, do Senhor SILVESTRI MARQUES, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 39/75, do Senhor WERNO SCHERER, Presidente da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 001/75, do Senhor ODILIO BALBINOTTO, Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 3/75, do Senhor BENEDITO ALVES LUCIO, Presidente da Câmara Municipal de Lobato, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

Sob o nº 02/75, do Senhor JOSÉ STEL, Presidente da Câmara Municipal de Pérola, comunicando a eleição e posse da Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal, bem como a renúncia dos mandatos dos vereadores Ivo Cernelos e Mauro Botter, e que como suplentes assumiram os Senhores Guerino Passaglia e Francisco Mulezine. — *Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.*

**REQUERIMENTOS:**

- de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Regim de Urgência ao Projeto de Lei nº 60/74, e Projeto de Resolução nº 1/75.
- de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 191/75.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem SERGIO EDUARDO MARTINS, vítima de lamentável acidente automobilístico, ocorrido nesta Capital sábado último.

O extinto era filho do ilustre e correto militar, Coronel VAI DIR EDUARDO MARTINS, brilhante expressão de nosso exército e destacava em nossos meios sociais da maior estima e consideração, mercê de seus dotes pessoais, fato provocador da mais triste repercussão da tragédia que a todos conpungiu.

Outrossim, solicita que se dê conhecimento à família enlutada da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado em Ata um voto de congratulações pela passagem de aniversário do jornal "DIÁRIO DA TARDE", o mais antigo vespertino paranaense, e ao seu diretor, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, pelo seu trabalho dinâmico e independente na imprensa paranaense.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) OTASSIO PEREIRA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Respalado nos dispositivos regimentais e com a anuência do Plenário, o Deputado que abaixo subscreve, requer a inserção em Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações pela passagem de 75º aniversário da fundação da cidade de Jacarezinho.

O aniversário que celebra em data de hoje reveste-se de grande brilho quer pelo evento em si quer pela importância que aquela cidade representa para a economia do Norte Pioneiro.

Constituiu-se no decurso do desbravamento do Norte do Estado, em umbral por onde transutaram, primeiramente, os bandeirantes que plantaram a civilização do café em terras paranaenses, transformou-se em canal de escoamento de produtos que a terra dadivosa retribuía generosamente ao suor dos pioneiros.

Inscreeveu-se em vários eventos de nossa história política. Prossegue em dias de hoje, como celeiro de produtos agrícolas e polo de uma região. Investe no campo educacional, oferecendo aos brasileiros de amanhã novos instrumentos de trabalho, propiciado pela conquista técnica e científica.

Justifica-se o júbilo desta Casa com a cidade que comemora o seu 75º aniversário e com sua gente que muito contribuiu para o engrandecimento do Paraná.

Da deliberação desta Casa, solicita o subscrevente seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito e ao Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) WILSON FORTES

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de congratulações pela passagem do 23º aniversário de função da Rádio Cultura do Paraná, ocorrido em data de ontem.

Fundada em 1º de abril de 1952, pelo Dr. Abílio Holzmann e pelo Sr. Manoel Machuca, a tradicional emissora curitibana hoje pertence ao destacado radialista Doutor João Carlos Aguiar.

Requer, outrossim, que do procunciamiento desta Casa se dê ciência à Direção daquela Emissora.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1975.

a) DACTO LEONEL

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos Trabalhos do editorial publicado na edição de hoje do jornal "Gazeta do Povo", sob o título "As Batatas, Ora as Batatas".

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) MAURICIO FRUET

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer, ouvido o Plenário, que se oficie à COPEL, exigindo providências imediatas no sentido de que a colocação de luminárias e reatores nas ruas e avenidas de MARINGÁ, sejam colocadas com normalidade, pois o Município já adquiriu e dispõe de todo o material necessário para atender os 3 mil e 500 postes sem as devidas lâmpadas e reatores. Apesar da revolta da população em virtude da lentidão com que a COPEL vem executando as colocações, e não obstante os apelos feitos pelo Prefeito e Vereadores à Direção da Copel, a Empresa continua surda, executando os serviços com apenas 6 (seis) operários em 30 (trinta) postes por dia. A Prefeitura colocou homens e caminhões à disposição da COPEL, mas a Empresa recusa terminantemente utilizá-los.

Outrossim, o Grupo Escolar "Presidente Kennedy" tem-se dirigido à Direção da Copel, apelando para que seja ligado o sistema de iluminação da unidade escolar, que já possui tudo, menos exergia elétrica, por culpa da incompetência e irresponsabilidade do escritório local da Empresa. Dos 1.200 alunos do estabelecimento, 360 estudam no período noturno, e, apesar de não ocorrer o devido aproveitamento das aulas em razão da deficiente iluminação, ainda estão estudando em decorrência da boa vontade e extraordinária dedicação ao ensino por parte da Diretoria e dos professores do estabelecimento, que improvisaram um sistema de iluminação a gás, através de lâmpadas. Essa unidade escolar é inteiramente nova, entregue recentemente pela Secretaria de Educação à Maringá.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) VALTER PIETRANGELO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após manifestação do Plenário, requer seja endereçado ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, apelo no sentido de colaborar com maquinário na conservação das estradas de rodagem dos Municípios Sudoeste de São João e São Jorge do Oeste, visto não terem aquelas circunscrições, estradas estaduais, recaindo exclusivamente às Prefeituras a conservação das estradas.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) NILSO SGUAREZZI

**JUSTIFICATIVA:**

No Sudoeste do Estado, os Municípios de São João e São Jorge do Oeste, são os únicos que até o momento não gozam do privilégio de terem

estradas estaduais. O primeiro, é um dos mais destacados na produção agrícola e o segundo pela sua localização, tende a ser destacado entre os de maior população, tendo inclusive a COPASA, instalada unidade armazenadora inflável, para atender à elevada produção de soja que se prevê. Ora, o escoamento desta produção terá que ser feita de imediato e evidentemente não dispõem aquelas Prefeituras de meios para recuperarem de pronto e com eficiência as estradas de rodagem dos Municípios. Daí a justificativa do presente pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e em consonância com as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja endereçado ao Governador do Estado, apelo no sentido de ser criada e construída Escola para ensino de 2º grau, na localidade de Santa Rosa, Município de Chopinzinho, onde mais de setenta alunos tem que se locomover a mais de 15 km, para frequentarem o ginásio.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) NILSO SGUAREZZI

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Santa Rosa, no município de Chopinzinho, é uma das mais populosas, tendo cerca de setenta alunos, no ensino de 2º grau, que se locomovem para São Luiz, distante 15 quilômetros, o que evidentemente, para muitos, se torna impossível. Além do mais, pela elevada produtividade de cereais que proporciona aos cofres estaduais, consideráveis parcelas de tributos, faz-se por merecer a presente reivindicação, como estímulo e forma capaz de solidificar aquelas famílias, em terra tão rica e dádiosa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após consulta ao Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de ser, através da Secretaria de Educação e Fundepar, construída uma Casa Escolar para o 1º grau, na localidade de Santo Antonio, Município de Manguaerinha, tendo em vista a premente necessidade de dar atendimento a elevado número de crianças em idade escolar, naquela comunidade e que até a presente data não receberam tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) NILSO SGUAREZZI

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Santo Antonio, no Município de Manguaerinha, reúne mais de trinta famílias que não dispõem de uma Casa Escolar para funcionamento do ensino de 1º grau. Por idealismo de algumas famílias, precariamente, tem funcionado a Escola em casa e residências particulares. Tratando-se de gente trabalhadora e que carrega formidável soma de impostos ao Estado, faz juz por merecer a reivindicação, acima epigrafada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário:

CONSIDERANDO que o jornal "DIÁRIO DO PARANÁ", comemorou no último dia 29 de março, vinte anos de lutas dentro do jornalismo paranaense;

CONSIDERANDO que o "DIÁRIO DO PARANÁ" é o órgão "Associado" de nosso Estado que encarna o espírito de luta do grande pioneiro da imprensa brasileira, o saudoso ASSIS CHATEAUBRIAND;

CONSIDERANDO que o jornal "DIÁRIO DO PARANÁ" tem sido responsável, graças ao comando dinâmico do jornalista WALTER MAZE-

LA, um dos principais espelhos da opinião pública paranaense;

seja registrado em Ata um voto de congratulações pela passagem do 20º aniversário do jornal "DIÁRIO DO PARANÁ".

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) OTASSIO PEREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem neste Estado, apelo no sentido de que sejam tomadas providências para melhor conservação das estradas de terra que ligam a cidade de Cascavel a Toledo, Marechal Cândido Rondon a Guaíra, bem como a Palotina, Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Santa Helena, outras cidades e vilas ou patrimônio do Extremo-Oeste, a fim de possibilitar, não só melhor transporte de passageiros em ônibus, como, principalmente, o escoamento de produção da presente safra de soja.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Sua Excelência o Sr. Governador EMILIO GOMES, assegurou e divulgou isso - que as estradas paranaenses, as do Extremo-Oeste inclusive, ainda não asfaltadas, seriam beneficiadas com encascalhamento ou serviços outros que evitassem a costumeira interrupção do transporte nas épocas chuvosas, especialmente quando tal ocorrência mais prejudica o escoamento da produção.

De fato, o DER andou fazendo algum trabalho de encascalhamento em trechos de estrada velha de Cascavel mas um encascalhamento que, se facilita a passagem de veículos na época das chuvas, pela sua falta de conservação e melhoramento, vem concorrendo para a danificação desses mesmos veículos, objetos de pedregulho em vez de encascalhamento.

No trecho Cascavel-Toledo, onde ora se constrói paralelamente a futura BR-467, além dessa falta de reparos no encascalhamento, ainda ocorre a existência de desvios nada conservados, onde os veículos atolam como nas demais estradas de terra.

Em outras estradas, como de Toledo, de Palotina, a Toledo à Assis Chateaubriand, mais conservadas pelos municípios que pelo Estado, e na de Guaíra a Santa Helena - Foz do Iguaçu (a cargo do próprio DER), a falta de encascalhamento, salve em pequenas subidas ou descidas, torna imprescindível uma constante assistência que evite a interrupção do tráfego, em virtude de caminhões ou outros grandes veículos ali atravessados em consequência de patinação ou barranqueamento.

Finalmente, é justo lembrar que, de sua parte, os Municípios já lutam penosamente pela conservação das estradas vicinais e de ligação com as diversas colônias, e a assistência que o Estado lhes venha a dar na conservação das estradas intermunicipais, além de merecida, muito beneficiará a economia estadual, inclusive pela efetividade de maior arrecadação do ICM.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

#### CONSIDERANDO:

1 - Que o anexo abaixo assinado de moradores da Lamenha Pequena, Estrada Juruqui, Tanguá, São Miguel e Lagoa das Tilápias, todos do Município de Almirante Tamandaré e de Santa Felicidade, desta Capital, retrata com fidelidade o drama de milhares de pessoas residentes nas imediações do depósito de lixo do Município de CURITIBA, atualmente sendo utilizado pela empreiteira deste serviço: Cia. Lipater.

2 - Que, em consequência da desorganização do referido serviço, os moradores são obrigados a inalar mau cheiro insuportável, correndo também, risco de contaminação permanente.

Isto posto, requeiro, regimentalmente, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando de S. Exa. que determine a adoção de urgentes medidas visando solucionar o problema

bem como o encaminhamento do presente ao Sr. Diretor da A.R.H., eis que, os mesmos detritos, estão poluindo as águas do rio Passaúna.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) AMURICIO FRUET

## PROJETOS DE LEI:

### PROJETO DE LEI Nº 30/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

#### CAPITULO I

#### DOS FINS, DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES

ARTIGO 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o INSTITUTO FLORESTAL DO PARANÁ (IFP), entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica própria e autonomia financeira, com sede e foro na Capital do Estado e Jurisdição em todo o território paranaense.

ARTIGO 2º - O IFP destina-se a coordenar e executar a política florestal do Estado, em perfeito entrosamento com o órgão federal competente e entendimento com as entidades florestais das demais unidades da Federação, bem assim promover e por em prática as medidas necessárias à utilização racional, a proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis de conformidade com a legislação.

ARTIGO 3º - AO IFP compete:

I - Realizar completo inventário florestal quantitativo e qualitativo do revestimento florestal do Estado do Paraná.

II - Efetuar, mediante delegação de poderes da União, a fiscalização e o policiamento das explorações das florestas de produção, bem assim da preservação das florestas de preservação permanente existente no Estado.

III - Prestar assistência técnica aos silvicultores, visando a intensificação e a racionalização do reflorestamento e do florestamento.

IV - Promover a regeneração e o plantio das essências nativas locais, visando assegurar sua perpetuidade, fomentando a respectiva exploração econômica quando for julgado conveniente.

V - Promover pesquisas e experimentação nas diversas especialidades, e as áreas florestais e faunísticas.

VI - Administrar os Parques Estaduais, as Reservas Florestais e as áreas públicas de florestas do Estado.

VII - Realizar inventário das faunas silvestre existente no Estado.

VIII - Celebrar convênios, acordos com entidades públicas ou privadas nacionais, internacionais, ou estrangeiras visando o bom desempenho de suas atribuições.

#### CAPITULO II

#### DA ADMINISTRAÇÃO E PESSOAL

ARTIGO 4º - O IFP terá um Presidente nomeado pelo Governador do Estado e escolhido dentre pessoas de notória capacidade técnica e administrativas.

ARTIGO 5º - A Diretoria do IFP se completará com mais dois Diretores um Diretor Técnico e outro Diretor Administrativo, ambos igualmente nomeados pelo Governador do Estado.

ARTIGO 6º - As atribuições, a competência e os vencimentos dos membros da Diretoria serão estabelecidos em decreto pelo Poder Executivo Estadual.

ARTIGO 7º - O quadro de pessoal do IFP constituir-se-á de grupo permanente a ser fixado por decreto do Poder Executivo do Estado; e outro temporário, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

PARÁGRAFO 1º - Os servidores lotados na Divisão Florestal do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura serão aproveitados, de preferência, nos serviços administrativos do Instituto ou relotados em outras repartições do Estado.

PARÁGRAFO 2º - Nenhuma admissão pessoal poderá ser feita sem prévia prestação de concurso de provas ou de títulos e provas.

## CAPITULO III

### DA RECEITA

ARTIGO 8º - Constituem receita do IFP:

- I - Dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pelo Estado;
- II - Créditos especiais abertos por lei;
- III - Rendas provenientes da exploração e venda de produtos florestais, publicações e insumos destinados a silvicultura;
- IV - Rendas de qualquer natureza resultante do exercício de suas atividades ou de exploração de imóveis sob a sua jurisdição;
- V - Empréstimos, subvenções, dotações e outras rendas que, eventualmente, receber.

ARTIGO 9º - O IFP apresentará ao Tribunal de Contas, anualmente, o balanço e as contas relativas ao exercício anterior.

ARTIGO 10º - Ao instalar-se o IFP incorporará ao IDPN e à Divisão Florestal do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura, com as correspondentes verbas orçamentárias, Parques, Hortos e Estações respectivas.

ARTIGO 11º - As inclusões no quadro de IFP do Pessoal pertencente aos órgãos a ele incorporados, serão feitos em cargos de níveis salariais não inferiores aqueles ocupados nos órgãos de origem.

## CAPITULO IV

### COMISSÃO DE POLÍTICA FLORESTAL DO PARANÁ

ARTIGO 12º - Fica criada no IFP uma Comissão Política Florestal, como órgão consultivo e normativo, integrada, obrigatoriamente, por técnicos identificados especificamente com os problemas florestais assim distribuídos:

- um representante do IDBF;
- um representante da Secretaria de Agricultura;
- um representante do Banco de Desenvolvimento do Paraná;
- um representante da Faculdade de Florestas da Universidade Federal do Paraná;
- um representante do Comando da Polícia Militar do Paraná;
- um representante da Associação de Reflorestadores do Paraná e Santa Catarina;
- um representante da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais.

ARTIGO 13º - A Comissão de Política Florestal do Paraná terá como atribuições, orientar e facilitar a coordenação e execução da política florestal, nos termos regulados pelo Poder Executivo do Estado.

ARTIGO 14º - A Comissão de Política Florestal do Paraná será Presidida pelo Presidente do IFP.

ARTIGO 15º - O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei no que for julgado necessário a sua execução.

ARTIGO 16º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

### JUSTIFICATIVA:

O Paraná foi precursor em matéria florestal. Tanto no setor industrial, com a primeira serraria a instalar-se no Brasil, graças à visão dos Irmãos Rebouças, como na Legislação especializada, com a iniciativa pioneira de ROMÁRIO MARTINS ao elaborar, em 1907, o primeiro Código Florestal do Paraná.

Não se justifica, portanto, que não tenhamos uma administração florestal estadual integrada na nova política florestal, que a Revolução de Março, instituiu no país a partir de 1965. Atualização que se torna imperativa sobretudo após a criação, tanto em São Paulo como em Minas Gerais, das autarquias florestais respectivas.

O espírito da nova política florestal nacional se caracteriza pela crescente descentralização de serviços. Com recursos materiais, técnicos e humanos limitados só alcançamos razoável eficiência administrativa integrando e juntando forças, vale dizer, somando as contribuições disponíveis em todas as esferas federais, estaduais, municipais e até particulares.

Para que o Paraná possa receber as delegações de poderes e atribuições que a Constituição confere ao Governo Federal em matéria florestal a este transfere aos Estados (em alguns casos), é condição imperativa que



o Paraná se prepare para recebê-las, como já o fizeram outras grandes unidades federativas. Isto é, que estruture uma administração florestal moderna, dinâmica, vigilante e equipada. Ora, tal entidade só funciona satisfatoriamente com alguma autonomia e bastante autoridade. À solução encontrada pelo Direito Administrativo para alcançar-se esse desiderato é a autarquia, já consagrada pela experiência brasileira em todos os escalões e, sobretudo, vitoriosa na área florestal.

Assim, o órgão máximo da Economia e da Política Florestal do nosso ESTADO deverá ser o INSTITUTO FLORESTAL DO PARANÁ, modelado segundo, se admitiu, pelos padrões de entidades semelhantes do Governo Federal e alguns governos estaduais.

Seus objetivos básicos seriam, entre outros, já enunciados anteriormente, no estudo das **DIAGNOSES DOS PROBLEMAS FLORESTAIS PRIORITÁRIOS** é apontado em suas DIRETRIZES GERAIS.

01 - Elaboração da Carta Florestal do Paraná, em cooperação com o INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, para definição do zoneamento florestal do Estado em todos os setores da especialidade.

02 - Promoção da Extensão Florestal no Estado do Paraná.

03 - Administração e criação de Escolas Profissionais de nível médio e inferior (operários), para especialistas Florestais.

04 - Criação de Cooperativas para pequenos e médios produtores de madeiras, sementes, resinas e outros produtos florestais.

05 - Criação e reorganização de Estações Florestais dos diversos tipos.

06 - Criação de usinas-piloto para produção de derivados de essências florestais, sobretudo resinas, taninos, óleos essenciais, terebentinas, cortiças e tratamento de sementes.

07 - Introdução de métodos de manejo, sobretudo em áreas silvestres, objetivando a proteção da flora, da fauna e dos mananciais.

08 - Promoção e intensificação do turismo nos Parques Florestais em colaboração com a PARANATUR e a EMBRATUR.

09 - Promoção de pesquisas sobre as espécies nativas locais de maior valor, com o objetivo de vê-las utilizadas nos projetos de reflorestamentos à base de inventivos fiscais.

10 - Fiscalização e vigilância sobre o patrimônio florístico e faunístico do Estado à exploração feita indiscriminadamente. Em países evoluídos após amargas experiências advindas de erros, a população acabou reconhecendo as funções desempenhadas pelas florestas em benefícios das comunidades.

Tais fatos seriam:

1. - Manutenção do regime hídrico.
2. - Controle da erosão do solo.
3. - Equilíbrio climático.
4. - Disponibilidade de fontes de Madeira.
5. - Proteção à flora e fauna.
6. - Paisagismo, etc.

O reconhecimento desses bens pela população tem apurado a mudança da política florestal de muitos países, que passaram a adotar uma política de proteção e fomento florestal, estimulando o aparecimento de florestas particulares para atender a demanda imediata da indústria florestal, a fim de que não haja uma pressão sobre as florestas naturais, garantindo assim a perpetuidade das mesmas.

O Paraná é um dos Estados mais tradicionais no ramo madeireiro e segundo os setores ligados ao ramo, a produção estadual do pinho serrado e outras madeiras e derivados em 1973, atingiu o total de 4,94 milhões de metros cúbicos e rendem Cr\$ 2.97 bilhões de cruzeiros.

A indústria do compensado, implantada no Estado no começo da década de 1940, representa hoje 60% da produção nacional produzindo anualmente cerca de 376 mil metros cúbicos de compensados de pinho e madeiras de lei, avaliadas em 604 milhões de cruzeiros.

No setor de aglomerados, o Paraná foi, também precursor, com a primeira fábrica instalada no País. Em 1973 a produção paranaense de aglomerados foi de 60 mil metros cúbicos, no valor de 47 milhões de cruzeiros. As indústrias paranaenses de molduras, lambris, perfis, e outros manufaturados de madeira, ocupam lugar de destaque na preferência do mercado internacional, pela excelente qualidade do produto elaborado num parque industrial do Estado.

A indústria de papel e celulose também ocupa lugar de destaque tendo a produção alcançado cerca de 285 mil toneladas no valor de 400 milhões de cruzeiros.

### ÁREA MATA VIRGEM km<sup>2</sup>

	MATA PLUVIAL TROPICAL SUB-TROPICAL	MATA DE ARAUCÁRIA	TOTAL
ÁREA PRIMITIVA	94.044	73.780	167.284
1930	89.444	39.580	129.024
1937	83.468	34.554	118.022
1950	56.610	25.224	79.834
1955	47.104	22.032	69.136
1960	35.204	20.432	55.636
1965	32.204	15.932	48.136

### ÁREA DEVASTADA km<sup>2</sup>

	MATA PLUVIAL TROPICAL E SUB-TROPICAL	MATA DE ARAUCÁRIA	TOTAL
1930	4.600	34.200	38.800
1937	10.575	39.226	49.801
1950	39.543	38.556	87.990
1955	46.940	51.748	98.688
1960	58.840	53.348	112.188
1965	61.840	57.842	119.688

### PROJETO DE LEI Nº 31/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

#### TÍTULO I

#### DA TAXA FLORESTAL

Art. 1º - A Taxa Florestal é contribuição para fiscal destinada a manutenção dos serviços, execução, experimentação e fiscalização a cargo do Instituto Florestal do Paraná.

Parágrafo Único - A Taxa Florestal corresponde às atividades fiscalizadoras, administrativas, policiais e de estímulo de competência do Estado, no Setor de Política Florestal e oriundas de delegação federal à execução, no Estado por intermédio do Instituto Estadual de Florestas, das medidas decorrentes do Código Florestal e do Código de Caça.

#### TÍTULO II

#### DAS ATIVIDADES TRIBUTÁRIAS

Art. 2º - Sujeitam-se às incidências da taxa florestal os produtos e subprodutos de origem florestal.

Parágrafo 1º - São produtos florestais, para os fins de incidência a lenha, a madeira apropriada à indústria, as raízes ou tubérculos, as cascas, folhas, frutos, fibras, resinas, seivas, sementes e, em geral, tudo o que for destacado de espécies florestais e preste diretamente ao uso do homem.

Parágrafo 2º - Constituem subprodutos florestais o carvão vegetal por interferência do homem ou pela ação prolongada dos agentes naturais.

#### DA BASE DE CÁLCULO

Art. 3º - A taxa florestal será exigida à base de 3% (três por cento) sobre o valor dos produtos ou subprodutos florestais e sobre o valor do desmatamento calculado segundo pauta publicado semestralmente pelo Instituto Florestal do Paraná.

Parágrafo 1º - Há hipótese de ter sido a taxa paga na oportunidade do desmatamento, será o montante pago, abatido do tributo devido na fonte de utilização dos produtos ou subprodutos.

Parágrafo 2º - A taxa incidirá, igualmente, sobre a autorização

para queimadas, prevista na Lei, segundo pautas variáveis por quantidade e qualidade, e estabelecidas em valores fixados por unidades qualificadas,

Parágrafo 3º - A taxa poderá ser reduzida a 50% (cincoenta por cento) do seu valor, mediante ato do Secretário do Estado da Fazenda, relativamente às companhias de papel e celulose que provarem, cabalmente, perante o Instituto Florestal do Paraná, o reflorestamento à base de seu consumo total.

#### CAPITULO IV DA ARRECADAÇÃO

Art. 4º - A taxa florestal será arrecadada pelas exatarias estaduais ou pelo Instituto Florestal do Paraná ou seus órgãos delegados, mediante contabilização em livros especiais correspondentes à contribuição para fiscal, como renda do Instituto Florestal do Paraná.

Parágrafo 1º - O recolhimento será feito pelas indústrias quinzenalmente, em relação aos produtos ou subprodutos florestais usados, transformados, empregados ou vendidos durante a quinzena anterior.

Parágrafo 2º - O órgão arrecadador expedirá guias especiais extraídos em três vias, nas quais serão consignados:

- a) nome, endereço e inscrição do contribuinte;
- b) espécie, quantidade e valor dos produtos ou subprodutos florestais;
- c) cálculos da contribuição;
- d) data e assinatura do responsável.

Art. 5º - Para efeito de controle, os contribuintes da Taxa Florestal deverão manter e escriturar, sempre atualizado os seguintes livros:

I - Livro de registro de compras, a ser usado pelos que adquirirem os produtos e subprodutos florestais.

II - Livro de registro de produção, destinado às indústrias extrativas, à produção rural e outros que não sejam industriais ou comerciantes.

Art. 6º - Se a arrecadação se fizer por exatária estadual o produto arrecadado será depositado, no dia seguinte ao do recebimento, em qualquer Banco vinculado ao Estado, à disposição ou a ordem do Instituto Florestal do Paraná.

Art. 7º - No caso de desmatamento e queimadas, proprietários rurais responsáveis, condôminos, arrendatários, toreiros ou ocupantes terão de obter, previamente o respectivo alvará de licenciamento, concedido, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, pagando na oportunidade diretamente na exatária, a taxa respectiva.

Art. 8º - Quando as coletorias não tiverem meios para arrecadar, e a arrecadação se fizer pelo Instituto Florestal do Paraná o recebimento deverá ser contabilizado em livro próprio, com extração das guias de recolhimento, como se fosse a exatária, e recolhido ao Estado 25% (vinte e cinco por cento) do total arrecadado, a título de fiscalização e participação nos planejamentos da Autarquia.

Art. 9º - O Instituto Florestal do Paraná, terá o seu orçamento anual de receita e despesa organizado nos moldes do pagamento estadual e previamente aprovado pelo Governador do Estado, ouvida a Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo Único - As contas do exercício que a autarquia deverá prestar ao Tribunal de Contas do Estado, deverão merecer antes, exame por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, à qual serão submetidas até 15 de janeiro de cada ano.

#### CAPITULO V DOS CONTRIBUINTE

Art. 10º - São contribuintes diretores da Taxa Florestal os proprietários rurais ou possuidores a qualquer título das terras, florestas, nos casos de queimadas ou desmatamento, e respondem pela taxa, como contribuinte de direito.

I - as indústrias em geral, panificadoras, usinas, olarias, engenhos, cerâmicas ou minerações, que utilizem, como combustível, lenha ou carvão extraídos nos Estados;

II - os laboratórios, as drogarias ou indústrias químicas que utilizem espécies vegetais no preparo de medicamentos, essências, óleos, extratos ou perfumaria;

III - quaisquer indústrias de aproveitamento de produtos vegetais,

inclusive serrarias, carpintarias e fábricas de móveis, que usem madeira em bruto ou beneficiadas;

IV - as empresas de construção que utilizem madeira em bruto ou beneficiada ou os depósitos de material de construção em idênticas situações;

V - as empresas cuja finalidade principal ou subsidiária seja a produção ou extração da madeira.

#### CAPITULO VI DAS PENALIDADES

Art. 11º - A falta de pagamento, o pagamento a menor ou fora do prazo da Taxa Florestal sujeitará o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) se o responsável se prontificar a recolher o débito até 20 (vinte) dias após a notificação.

Art. 12º - Nos casos de desmatamento ou queimadas, quando feitos sem observância do licenciamento prévio, a taxa será devida com 100% (cem por cento) de acréscimo, sem prejuízo das multas ou ações penais previstas no Código Florestal Federal (Lei nº 4.771 de 15 de novembro de 1965).

#### TITULO V

Art. 13º - Os membros da Polícia Militar servindo a órgãos diversos da Coorporação não poderão fazer cobrança ou exercer qualquer outra atividade que interfira no processo fiscal ou tributário do Estado, sob pena de suspensão por 5 (cinco) dias, além de outras comunicações a critério do Comando de sua Unidades.

Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná possui atualmente uma área florestal total, abrangendo todos os tipos florestais de 2.379.547 ha, correspondendo a 11,83% de sua área total.

Nos últimos 10 anos, houve uma devastação de 3.710.603 ha, o que corresponde a um ritmo de desmatamento de 371.060,3 ha por ano. Sendo que o maior ritmo de devastação ocorreu nas regiões oeste e noroeste do Estado. No mesmo período foram reflorestados aproximadamente 229.175,70 ha, referente às espécies de Pinus, Araucária angustifolia e Eucalyptus, portanto uma área muito aquém da área desmatada.

Com relação às matas de Araucária angustifolia (Pinheiro), a situação atual é a seguinte:

TIPO I - Floresta de Araucária pura de produção e secundária de alta densidade (acima de 50%). Este tipo florestal ocupa uma área de 89.296 hectares, há 10 anos atrás esta formação florestal ocupava uma área de 216.106 hectares.

TIPO II - Floresta de Araucária de baixa densidade e floresta mista de Araucária e folhosas com densidade abaixo de 50% de cobertura de copas ocupando uma área de 344.283 hectares, há dez anos atrás esta formação ocupava uma área de 1.351.650 hectares.

O quadro abaixo fornece melhores detalhes a respeito da área florestal em 1963 e a atual, ou melhor a de 1973.

	ÁREA TOTAL ANOS DO ESTADO	ÁREA COM FLORESTA	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL	ÁREA DEVAS- TADA EM 10 ANOS
	EM HA	EM HA		
1963	20.120.300	6.090.150	30,27	3.710.603
1973	20.120.300	2.379.547	11,83	

Como já foi salientado, o maior desmatamento ocorreu justamente na região que enfrenta os maiores problemas com erosão ou seja a região do arenito de cuiabá.

O fenômeno de devastação que vem ocorrendo no Paraná já foi observado em outras regiões do mundo. Quando os recursos florestais ou naturais chegam a níveis baixos que atingem a economia e o bem estar da população, há mudança de atitude em geral, que leva todos a aceitar me-

didadas, antes rejeitadas; para enfrentar os problemas decorrentes da exploração feita indiscriminadamente. Em países evoluídos, após as amargas experiências advindas de erros passados, a população acabou reconhecendo as funções desempenhadas pelas florestas em benefícios da comunidade.

Tais benefícios seriam:

01. Manutenção do regime hídrico.
02. Controle da erosão do solo.
03. Equilíbrio climático.
04. Disponibilidade de fontes de Madeira.
05. Proteção da flora e fauna.
06. Paisagismo etc.

O reconhecimento desses bens pela população tem apurado a mudança da política florestal em muitos países, que passaram a adotar uma política de proteção e fomento florestal, estimulando o aparecimento de florestas particulares para atender a demanda imediata da indústria florestal, a fim de que não haja uma pressão sobre as florestas naturais, garantindo assim a perpetuidade das mesmas.

O Paraná é um dos Estados mais tradicionais nos ramos madeireiro e segundo os setores ligados ao ramo, a produção estadual do pinho serrado e outras madeiras e derivados em 1973, atingiu o total de 4,94 milhões de cruzeiros metros cúbicos Cr\$ 2,97 bilhões de cruzeiros.

A indústria do compensado, implantada no Estado, no começo da década de 1940, representa hoje 60% da produção nacional produzindo anualmente cerca de 376 mil metros cúbicos de compensados de pinho e madeira de lei, avaliadas em 604 milhões de cruzeiros.

No setor de aglomerados o Paraná, foi também precursor com a primeira fábrica instalada no País. Em 1973 a produção paranaense de aglomerados foi de 60 mil metros cúbicos, no valor de 47 milhões de cruzeiros. As indústrias paranaenses de molduras, lambris, perfis e outros manufaturados de madeira, ocupam lugar de destaque na preferência do mercado internacional, pela excelente qualidade do produto elaborado num parque industrial do Estado.

A indústria de papel e celulose também ocupa lugar de destaque tendo a produção alcançado cerca de 285 mil toneladas no valor de 400 milhões de cruzeiros.

O Paraná há poucos decênios era um dos Estados mais ricos em matas do Brasil.

Da superfície aproximada de 201.203 km<sup>2</sup> a mata cobria 168.482 km<sup>2</sup> segundo R. Maack, o que correspondia a um total de 83,4% do território paranaense.

Até 1930 era possível observar o avanço das matas a partir de isolados capões de cabeceiras nas regiões onde o equilíbrio normal não havia sido perturbado pela queima das roças ou queima regular dos campos.

Devido às queimas, a mata começou a desaparecer cada vez em maior escala, para dar lugar a estepes de gramineas baixas, campos baixos, campos serrados ou estepes arbustivas, aparecendo no lugar destes inicialmente a tiguera, em seguida a capoeira e logo após o carrascal, isto é, campo sujo, que apoderaram-se da primitiva área da mata.

A paisagem primitiva de nosso Estado está de tal maneira modificada que viajantes, que há 30 ou 40 anos conheceram o Paraná, não reconhecem mais as regiões que outrora palmilhavam as matas e foram as mais atingidas por essa alteração.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DACIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Desejo hoje fazer uma homenagem ao rádio!

E permito-me fazê-la, saudando uma tradicional emissora curitibana que ontem completou 23 anos de funcionamento: a Rádio Cultura do Paraná.

Rádio Cultura do Paraná — que a exemplo das demais emissoras metropolitanas — não tem medido esforços para prestar o melhor trabalho no campo informativo e cultural.

Foi no ano de 1952 que dois pioneiros da radiofonia paranaense, Abílio Holzmann e Manoel Machuca, fundaram em Curitiba essa tradicional emissora de rádio-difusão.

E a Cultura tem se projetado!

Seja como emissora informativa, seja através de grandes coberturas esportivas, seja no campo educacional, sua atuação é soberbamente conhecida por toda Curitiba e grande parcela deste Paraná.

É importante que sempre nos lembremos da importância do rádio na comunidade.

Hoje, não só nesta Casa Legislativa, mas na própria Câmara Federal, como em outras Assembléias Estaduais, inúmeros são os parlamentares que — fazendo-se conhecidos pelo rádio — conseguiram expressivas votações.

Essa Casa Legislativa é um vivo exemplo!

Radialistas que por aqui passaram, alguns deles hoje estão na Câmara Federal.

Outros, muito deram de si — como é o caso do Deputado Arthur de Souza, que popularizou pela ação do rádio, durante muitos anos ocupando assento nesta Assembléia e pôde aqui muito realizar em favor de sua cidade e do Estado paranaense.

É tais fatos me permitem recordar os 20 anos que dediquei de minha vida, atuando como radialista.

Lembro-me de 1959 quando deixei Curitiba, época em que defendia com muito orgulho o prefixo da Rádio Cultura do Paraná, da mesma emissora que hoje posso saudar na condição de Deputado Estadual.

E vejo entre os Senhores Parlamentares, dentre outros que foram radialistas, um que posso dizer, foi por mim iniciado na vida radiofônica: Teria sido por volta de 1956, na Rádio Marumby, quando o Senhor Deputado Maurício Fruet — na época um garoto que estudava no Colégio Santa Maria — foi por mim convidado para apresentador esportivo das atividades daquele estabelecimento de ensino.

E o rádio tem revelado grandes valores para a política.

Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais, valeram-se do rádio para alcançar prestígio junto às massas.

Que nesta homenagem que tributamos hoje à Rádio Cultura do Paraná, pela passagem do seu vigésimo terceiro aniversário, revela toda a radiofonia paranaense as homenagens deste Odeiro.

Prossiga o rádio na sua trajetória, difundindo cultura, informando o povo, prestando enfim os destacados serviços que têm sido tônica de sua atuação, pois nesse seu comportamento está uma importante contribuição para o engrandecimento do próprio país.

Na saudação que fazemos ao Dr. João Carlos Aguiar — Diretor Proprietário da Rádio Cultura do Paraná, pretendemos saudar também a todos os demais Diretores das emissoras de nossa Capital.

E que todos recebam não a homenagem isolada deste Deputado, mas o respeito e as homenagens de todos os Senhores Deputados desta Casa Legislativa".

É por esta razão que encaminhamos à Mesa um Requerimento de congratulações pela passagem do vigésimo terceiro aniversário de fundação da tradicional Rádio Cultura do Paraná. Disse, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ainda ontem ouvíamos aqui desta Tribuna a denúncia que fazia o Deputado Waldenício Barbalho a respeito de violências policiais praticadas na sua Região, confirmadas por aquilo que ouvimos anteriormente, do Deputado Deni Schwartz.

Realmente, a violência policial no nosso Estado e estas que foram denunciadas não são fatos isolados, como bem disse o Deputado Fideleirino Tolentino. Estas violências estão se generalizando. Ainda hoje ouvimos num programa de televisão a denúncia que fazia o repórter policial, de violências praticadas em plena via pública da Capital do Estado — um espetáculo deprimente aos olhos de todos, mas, há que convir por outro lado que, como muito bem afirmou o nosso ilustre Líder, Deputado Muggiati Filho, cumpre ao Estado dotar a nossa Polícia de melhores condições de trabalho, dando-lhe também o melhor salário para que não venha, como hoje temos, a ter um salário de fome. É de se acrescentar também que deve haver um pré-selecionamento quando da incorporação de elementos na Força Pública do nosso Estado, para que não venham fazer parte dela, elementos de mau caráter que venham, no exercício das suas funções, a manchar o nome desta gloriosa corporação, que represen-

ta um relevante papel na sociedade, qual seja, da segurança do povo.

Mas, Srs. Deputados, entendemos que a arbitrariedade que vem sendo praticada pela Polícia, é em decorrência da desassistência que tem, das autoridades maiores, primeiras responsáveis pela segurança pública, pois nós vemos a Polícia completamente abandonada, sem um salário condigno e sem uma orientação adequada e, se não é por orientação própria que praticam essas violências, talvez seja por força das circunstâncias já citadas.

E assim que os policiais do nosso Estado com ou quase sem nenhuma instrução, vão agindo por instinto, sem conhecimento do que está escrito e sem saber o que estão fazendo e vêem as arbitrariedades praticadas mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa presença na Tribuna não seria para enfocar este grave problema, não fora o co-relacionamento do assunto que trouxemos ao conhecimento da Casa, para que leve ao conhecimento das autoridades responsáveis pela segurança, porque ouvimos o ilustre Líder do Governo, nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, a respeito das violências, o seu propósito de, pessoalmente, encaminhar o assunto para uma solução acertada.

O assunto que trago ao conhecimento desta augusta Assembléia, pode parecer insignificante em relação a outros grandes problemas do Estado, carentes de solução, mas reputo de grande importância pelo seu alto sentido humano.

E nesta hora, ou há poucas passadas, em que a nossa Polícia passava pelo crivo da nossa análise, face ao seu comportamento incompatível com a sua função, além de insensibilidade para com o seu semelhante, verificamos – e até com emoção, Sr. Presidente, Senhores Deputados, que nem tudo está perdido, que existe também nessa mesma Polícia, o seu lado bom, o seu lado humano.

E foi quando recebi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não de um policial, mas de um destacamento policial, numa só voz, num apelo até dramático, para que se desse uma providência no sentido de melhorar as condições de alimentação dos presos, que hoje tem apenas uma etapa de Cr\$ 2,50, por dia, por preso.

Realmente, as coisas como estão hoje, é uma importância irrisória, que permite apenas uma alimentação. No dia e assim mesmo, bem reduzida, que não dá para alimentação ou para manter nutrida uma pessoa normal.

Sem dúvida é uma situação deveras desoladora e porque não dizer um crime que se comete contra a pessoa humana, mantê-la presa, é certo, pelos crimes que comete contra a sociedade, nos termos em que a legislação repressiva autoriza, mas não justifica outro crime, qual seja, o de não dar a essa pessoa, que o Estado afastou da sociedade, por um momento de expiação, deixar que se consuma, que se define, por omissão no seu dever e obrigação legal de alimentar.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao nobre orador que já expirou o tempo regimental para o pronunciamento de V. Exa.

O SR. LINEU TURRA – Sr. Presidente, queremos formular aqui um Requerimento de apelo ao Sr. Secretário de Segurança e ao Sr. Secretário da Justiça nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento de apelo aos Excelentíssimos Senhores Secretários da Justiça e Segurança Pública do Estado, no sentido de que sejam determinadas providências para o aumento da “etapa” de alimentação concedida aos presos de cadeias públicas.

Este apelo se justifica em razão de hoje ser concedida apenas uma quantia correspondente a Cr\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos) por preso, por dia, o que é irrisória face ao alto custo de vida, e não permitindo, consequentemente, uma alimentação condigna, contrariando os mais elementares princípios de humanidade.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

a) LINEU TURRA”

Sr. Presidente, não é o criminoso que deve ser olhado ou o crime que cometeu, mas é a pessoa humana, criatura de Deus, feito à sua semelhança e imagem e não é justo que se gaste milhões de cruzeiros sem qualquer objetivo, senão para saciar a uma vaidade ou manter uma posição e

diga-se, dinheiro do povo, elemento primeiro de uma organização política, se descumpra então, os fins colimados pelo Estado, como ente moral. Portanto, fica aqui o nosso Requerimento, e espero ter o apoio de todos. Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Quando da escolha do ilustre Engº Saul Raiz para dirigir os destinos da Prefeitura Municipal de Curitiba, tivemos o ensejo de na primeira oportunidade que o encontramos – felicitá-lo pela sua indicação e afirmar-lhe que Curitiba teria sido premiada com a sua escolha, por ser o homem certo para substituir o Engº Jayme Lerner.

Nessa ocasião, o Engº Saul Raiz solicitou o nosso apoio à sua gestão e nós nos manifestamos no sentido de que ele o teria, tanto nosso, como o do próprio Vereador Donato Gulin, que estava aspirando a Presidência da Câmara Municipal, para cuja pretensão pedimos o seu prestígio e que realmente tivemos sucesso.

Conhecemos o Engº Saul Raiz há muitos anos nas diversas funções públicas que exerceu, quer na Prefeitura, quer no DER e quer na Secretaria de Viação e Obras, quando tivemos oportunidade de acompanhar o trabalho eficiente que ele prestou e que, agora, acrescida da experiência de oito anos na iniciativa privada, entendemos que, efetivamente, ele responderá aos anseios do povo.

Sobre a suspeição arguida nesta Casa no sentido de que não podemos exercer o direito de votar na indicação do Prefeito de Curitiba, comunicamos aos nossos Pares e damos ciência, através desta Tribuna, aos eleitores que depositaram a sua confiança em nós, que o nosso mandato será exercido até o fim, se Deus quiser, com toda a plenitude, pois que nós não incorremos em nenhum dispositivo constitucional ou em qualquer Lei, que venha impedir o exercício do nosso mandato.

A nossa atuação aqui nesta Casa, será sempre em defesa dos interesses do povo.

Relativamente, ao nosso apoio ao candidato à Prefeitura, Engº Saul Raiz, em nada mudou e estamos tranquilos por entendermos estarmos certos”. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna nesta tarde para apresentar um Requerimento, no que se refere à melhoria de nossas estradas.

No nosso mandato de quatro anos, na Legislatura passada, já notamos uma coisa, que todos os companheiros, que todos os Deputados tanto da ARENA como do MDB, fizeram nesta Casa, vários pronunciamentos no sentido, mas não foi possível que as estradas da nossa Região tivessem pelo mínimo uma melhoria. Hoje, está sendo construída a BR-153 que demanda União da Vitória e Erechim no Rio Grande do Sul, que veio beneficiar grandemente a nossa Região.

E hoje vamos apresentar um Requerimento, e deixamos aqui o apelo ao Líder do Governo, o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, que talvez ele seja nosso intermediário junto a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes e de S. Exa. o Sr. Diretor Geral do DER para que, no menor prazo possível, haja um convite da Liderança da ARENA, para que estas duas autoridades do setor rodoviário do Paraná nos honrem com uma visita em nossa Região, pois estamos cansados de debater sem resultado.

O Requerimento a respeito da estrada que demanda de União da Vitória a Bituruna, tem o seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja encaminhado OFÍCIO ao Sr. Secretário dos Transportes no sentido de que: o Quarto Distrito Rodoviário com sede em União da Vitória, faça urgentes reparos na Estrada que demanda de União da Vitória-Porto Vitória-Bituruna até o Rio Iratim no Município de Palmas.

Nosso Requerimento está fundamentado na justificativa de que a citada estrada se acha em péssimas condições, sendo necessário o empenhamento com pedras britadas, desmatamento geral e saneamento.



Senhor Presidente, não é possível uma população de mais de 50 mil habitantes usuários da referida estrada por ela transitar nas condições de precariedade em que se apresenta a citada estrada, sendo que em tempos chuvosos se tornam intransitáveis.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1975.

#### a) DOMICIO SCARAMELLA

Lamentamos que não esteja aqui nesta Casa o Deputado Luiz Roberto Soares, que também representa a nossa Região. Mas fica aqui meu apelo ao ilustre líder do Governo para que entre em entendimento com o Sr. Secretário dos Transportes e com o Diretor do DER para uma visita "in loco".

Vamos sugerir, e ver se é regimental apresentarmos um Requerimento nesta Casa, para que seja designada uma Comissão de Deputados da ARENA e do MDB para acompanharem S. Exas., porque tenho a certeza de que se o Diretor Geral do DER e o Sr. Secretário de Transportes visitarem aquela Região, vão tratá-la com mais carinho.

Não é possível, na época em que estamos, em que o homem vai à lua, não é possível que não se possa deslocar de um Município, num percurso de 20 ou 30 km. Não é possível não poderem os lavradores escoarem seus produtos e os ônibus não poderem transitar no transporte de passageiros.

Vamos tomar este caminho para que seja designada uma Comissão de Deputados, para acompanhar as autoridades numa visita àquela Região. Do contrário vamos usar o microfone para dizer dos desmandos, dos abusos, dos Distritos Rodoviários da Região.

Lamento que não esteja presente o Deputado também da Região, Luiz Roberto Soares, mas levarei ao conhecimento de S. Exa. e pedirei que dê seu apoio.

Entrarei também com outro Requerimento que visa a estrada União da Vitória-Gal. Carneiro e a cidade do ilustre líder do Governo, que é Pato Branco. Estão intransitáveis e vamos convidar as autoridades para que visitem as estradas "in loco" para que nossa palavra seja válida, porque Requerimento não resolve mais. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Regimentalmente, requeremos a inclusão na Ata dos trabalhos desta Sessão, do editorial publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "As batatas, ora as batatas!".

Realmente, Srs. Deputados, este editorial trata com clareza a efetiva situação dos bataticultores do Estado do Paraná, notadamente do Município de Contenda, o maior bataticultor do Estado, onde o produto há um ano atrás era vendido a aproximadamente 60 cruzeiros a saca e, hoje, dificilmente alcança importância superior a 15 cruzeiros.

De um lado, a queda vertiginosa do preço desta mercadoria e, do outro lado, o abusivo aumento dos insumos, adubos e fertilizantes, concorrendo que os prejuízos sejam tremendos.

O problema da batata é cíclico. Há dez anos atrás, o mesmo caso se registrou no Paraná, quando o Sr. Governador, através de venda promocional em outros Estados brasileiros, conseguiu atenuar um pouco o problema dos bataticultores.

Não pretendia abordar, hoje, este assunto, e se o fiz foi atendendo um apelo de um grupo de bataticultores que nos procurou. Pretendíamos analisar o problema e, na próxima semana, abordá-lo nesta Tribuna.

Mas, devo informar à Casa que, quando a crise se iniciava, encaminhamos um memorial a S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura, outro foi entregue a S. Exa. o Sr. Alyson Paulinelli, Ministro da Agricultura, e ainda outro ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, inclusive pedimos que medidas fossem tomadas a curto, médio e longo prazos, buscando uma solução definitiva para esse problema que é episódio. Porque, de um lado, há incentivo para que o agricultor plante; de outro, não existe garantia por parte dos órgãos oficiais. E responsabilizo o Governo Federal por não assegurar um preço mínimo para o produto.

No caso da batata, o Banco do Brasil, através das agências do Vale do Paraíba, e no Norte de Minas Gerais, que havia super-produção e, portanto, o mesmo poderia acontecer em nosso Estado, em Irati, Mandirituba, Lapa, Contenda, e tantos outros Municípios. E o Banco do Brasil,

sem qualquer critério, concedeu empréstimos a todos tantos solicitassem, para o plantio da batata.

No Pequeno Expediente dispomos de pouco tempo e não teremos ocasião de analisar melhor a matéria. E peço ao Sr. Presidente a inclusão do editorial, publicado hoje, na "Gazeta do Povo" e que retrata bem o problema da batata.

Encerrando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a referência honrosa, feita desta Tribuna, pelo ilustre Vice-Líder da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, Deputado Dácio Leonel, com quem tivemos o privilégio de, efetivamente, iniciar nossa carreira como radialista, como locutor esportivo da gloriosa e tradicional Rádio Marumbi de Curitiba. Associamo-nos à sua manifestação a respeito da importância da comunicação nos dias presentes. Nós que ardorosamente defendemos a teoria de Marshall McLuan, acreditamos muito na sua importância e todos os Srs. Deputados aqui presentes, tenho certeza absoluta, direta ou indiretamente também pactuam com a teoria marshallmacluana participando ativamente dos acontecimentos históricos de nosso Estado, do Brasil e do exterior.

Se me permitir e aquiescer o Deputado Dácio Leonel, que iniciou sua vida radiofônica como locutor esportivo, solicito para subscrever

também um Requerimento em que homenageia a Rádio Cultura do Paraná, e seus dinâmicos diretores. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à Tribuna tão somente para levar ao conhecimento da Casa que, em função do pronunciamento, que fizemos ante-ontem, deste Plenário, hoje seguiram para o Rio de Janeiro o Diretor Superintendente do Porto de Paranaguá, e seus colegas de diretoria, que levaram um memorial com o assunto enfocado aqui por mim, de importância não somente para o Porto como para todo Estado.

Eles foram ao DNPVN, solicitar a dragagem de 320 mil metros cúbicos de terra, que seria tirada do Canal da Galheta.

Essa obra custará 2 milhões e 100 mil cruzeiros e a hipótese levantada pela Direção do Porto é de que fosse feito um convênio entre o DNPVN e o Porto de Paranaguá, obra que deveria ser realizada sem ônus financeiro para o Porto de Paranaguá e que como disse ante-ontem e repito, acredito que com essa incumbência, com essa ida dos Diretores ao Rio de Janeiro, tenho certeza que ela será realizada a curto prazo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, sétimo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comprometi-me ontem, quando estava na Tribuna, o Sr. Deputado do MDB, Waldenício Barbalho, que haveria de levar a S. Exa. o Sr. Governador do Estado a preocupação dos Srs. Deputados do MDB e ARENA, quanto às ocorrências verificadas nos últimos dias no interior do Estado, em consequência de uma operação de desarmamento procedida pela Polícia Militar do Estado. Verifiquei que, hoje, desta Tribuna, outro Sr. Deputado voltou ao assunto.

Pretendo informar à Casa que, muito embora aquela operação não tenha sido autorizada isoladamente pelas autoridades estaduais responsáveis pelo setor de Segurança Pública, o foi em consequência de uma denúncia procedida por uma autoridade judiciária de uma das Comarcas do Sudoeste do Paraná e encaminhada ao digno Presidente do Tribunal de Justiça de nosso Estado. Depois de acatada foi ela repassada às autoridades do setor de Segurança do Estado e da República.

Com a preocupação manifestada pelo Poder Judiciário quanto à falta de garantia da população da fronteira do Brasil na nossa Região, o exército de armamento disponível em mãos daquela população no tráfico de entorpecentes que campeia naquela Região, no contrabando de armas e munições, além de outros gêneros, designou-se uma Comissão representada pelas Polícias Federal, Civil e Militar, cujo relatório confirmou as preocupações das autoridades judiciárias. Somente depois de acertada a operação desarmamento é que se deslocou para lá um destacamento policial.

Mas, diante das denúncias aqui apresentadas e por merecerem crédito, porque foram apresentadas por pessoas que merecem credibilidade

por parte do Governo do Estado, e que o Sr. Governador, numa medida até mesmo considerada unilateral, determinou ontem, cerca de 19 horas, quando despachava comigo a suspensão imediata da operação desarmamento. Hoje pela manhã, dirigiram-se para as regiões Sudoeste e Oeste três oficiais superiores da Polícia Militar para evitarem procedimentos que pudessem ser considerados atentatórios às garantias individuais e para se constatarem qualquer ato de violência, fossem os responsáveis indicados para responderem pelos excessos cometidos.

Não é o propósito do Governo do Estado, como afirmei ontem, intranquilizar a população. Pelo contrário, deseja manter um clima de ordem e paz porque este é o único clima propício para o desenvolvimento de uma ação governamental voltada para os interesses do povo.

Desejava, ao anunciar esta providência governamental, dizer a esta Casa que a medida do Governador Jayme Canet Junior visa a valorização, porque não dizer, deste Poder que soube, numa linguagem alta, transmitir a preocupação das populações aqui representadas.

Desejava também, nesta oportunidade, dizer que a Liderança e ainda o seu reduzido colégio de Vice-Líderes nas sessões futuras e, principalmente, a partir da próxima semana, irá responder a todas as informações desejadas, a todos os pedidos formulados, enfim, irá deixar os Srs. Deputados a par da ação governamental em todos os setores. Se ainda não desenvolvemos uma ação parlamentar mais presente nesta Tribuna é porque há uma preocupação política prioritária que está tomando todo o tempo dos Srs. Deputados na discussão, ainda em equacionamento, de problema que é considerado mais urgente para a vida administrativa do Município de Curitiba.

Temos assistido a preocupação dos Srs. Deputados e um desfilar de argumentação válidas aqui pronunciadas que envolvem desde o setor educacional, de saúde pública, de transportes, de segurança pública e estão hoje, mais do que ontem, a exigir da Liderança da ARENA e do Governo que se fará secundar, tenho certeza, por toda a nossa Bancada, de informações que o Governo tem, que nós temos sobre o plano de obras, o plano que o Governo já tem para desenvolver os atendimentos, e já está desenvolvendo no sentido de, valorizando o povo paranaense, possa justificar a sua presença à frente dos destinos administrativos do Paraná — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a honra de comunicar a esta Casa, a visita do Embaixador Plenipotenciário e Extraordinário do Reino Unido da Inglaterra e Irlanda do Norte, Mr. DEREK DODSON, visita que foi marcada pelo cerimonial do Palácio do Governo para as 15,30 horas.

Prevendo que estaremos em sessão neste horário, a Presidência comunica aos Srs. Deputados que, enquanto perdurar a permanência do ilustre Embaixador nesta Assembleia, a sessão permanecerá suspensa.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Jayme Carvalho.

O SR. JAYME CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deveríamos ter usado da palavra na tarde de ontem no horário do Grande Expediente, pelo motivo que nos traz novamente à Tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a exemplo de muitos Deputados, estivemos também, durante os últimos dias, visitando a nossa região do Vale do Piquiri, recolhendo informações do povo, sentindo mais uma vez o drama do povo da nossa terra, da nossa região. Saimos de lá mais uma vez completamente preocupados, e adiantamos mais, enojados com a situação que está envolvendo as lavouras paranaenses e brasileiras.

Já é de conhecimento de todos, Srs. Presidente, Srs. Deputados, o drama do lavrador paranaense e eu venho de uma região representando, afirmo mais uma vez, cerca de 200.000 habitantes, todos apegados ao cultivo do algodão, do trigo, do soja, do café, do feijão e do arroz. Se fôssemos trazer aqui e traremos em breves dias, os dados estatísticos da diferença de preço de veneno, de semente, de tombação de terras e o preço do produto vendido, chegaremos a conclusão de uma calamidade, tendo em vista os dados de dois anos atrás para esta Safra. O lavrador da minha região, o plantador de algodão, passa quase todos os dias do ano batendo as portas do Banco do Estado, e quando consegue ele um certo fornecimento, já gastou em sanduíches e condução. O gerente do Banco do Estado, na minha região, na região do Vale do Piquiri, tem sido gerente para meia dúzia de lavradores: pequenos lavradores, arrendatários não tem condição de manutenção, mas eles não tem esperado mais, Sr. Presidente, dos órgãos do

Governo, fervorosos que são os homens e no campo tem depositado as suas esperanças em Deus, pedindo o bom tempo, pedindo produção. O ano passado, Sr. Presidente, e também na safra retrasada, o maquinista da minha região roubava no peso, roubava na balança. O maquinista da minha região, nas safras passadas, roubava no preço porque ele era de três anos passados, embora a semente, o veneno, a tombação e a apanha se tivesse alterado para mais. Infelizmente vemos o drama do preço quase pela metade e agora não acham mais os maquinistas meio para roubar no preço da balança, porque está ali o lavrador esperando seu último suspiro e fiscalizando. Chegou-se para o algodão o preço de 35 cruzeiros a arroba, mais para o algodão tipo 35. Vejam os Srs. Deputados, que lá não existe o algodão tipo 35. Os maquinistas agora estão se enriquecendo ilicitamente, roubando o povo que sustenta...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a Casa que está em nosso prédio uma comitiva importante. Suspendo a Sessão enquanto estas personalidades presentes estejam nos visitando.

— (É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Jayme Carvalho.

O SR. JAYME CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu dizia que na nossa região os maquinistas, alguns deles, que representam o povo na cidade de Goioerê, tendo em vista a baixa do preço, tendo em vista a fiscalização do povo, lavradores sofridos não tem mais condições de assaltar o pobre lavrador no balanço.

Entretanto, acharam os maquinistas um meio de assaltar e estão vergonhosamente assaltando o povo, plantadores de algodão, no ato de tirar o tipo do produto.

Dizia eu, que o algodão do tipo cinco, tão comum até hoje, até a safra passada no Vale do Piquiri, é raridade, não existe mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o algodão tipo cinco para o tipo seis tem uma diferença no preço de oito cruzeiros por arroba. Aí está o assalto.

Os homens que tiram o tipo são os próprios maquinistas, compradores de algodão.

E nós estamos nesta Tribuna hoje, representando os plantadores de algodão, para dirigir à Casa um Requerimento pedindo a máxima urgência para o seu atendimento. Não vai aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por enquanto, nenhuma crítica ao Secretário da Agricultura, Vai de nossa parte, vai do povo do Vale do Piquiri, um apelo e uma esperança para que, ao contrário de outros governos que acabaram, ao contrário dos outros Secretários de Agricultura que conseguiram quase decretar a falência do nosso lavrador paranaense, é a assinatura do outro Secretário. Que é a assinatura que compreende o não atendimento ao homem do campo. Aos governos que nós deixaram sem escolas, governos que deixaram a minha região sem estradas, governos que nos deixaram sem pontes e que nunca nos deram assistência social. Governos que não estão se preocupando com os problemas do INPS e que agora devem se preocupar com o problema do lavrador do Paraná.

O nosso Requerimento, Sr. Presidente, encontra-se vasado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, urgente apelo no sentido de que, aquela autoridade, determine as providências necessárias junto aos órgãos competentes, objetivando a indicação de técnicos do Acordo de Classificação, para a coileita de Tipos da presente safra algodoeira, nos municípios de Maringá, Campo Mourão e Goio-Êrê.

Sala das Sessões, em 1º de abril de 1975”.

Este pedido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é porque os colhedores do tipo, que são funcionários dos compradores do algodão, estão assaltando, estão roubando, estão minguando o lavrador da região do Vale do Piquiri, e nós temos um órgão classificador, não existe motivo para que S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura nos negue um elemento oficial capaz de chegar até lá, e acabar com a roubalheira e salvar o homem que, durante 365 dias por ano, se mete nas lides do campo, se mete na terra.

— (Assume a presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

Esse homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem que ser ouvido. E este pedido de urgência e para que ele ainda salve um pouco de sua colheita, porque a maioria deles está com o algodão depositado nas máquinas e com a classificação obtida pelos empregados dos maquinistas. E requeremos com urgência para os municípios de Goioerê, Campo Mourão e Maringá, porque é justamente onde passa esta safra. E quem não conseguir classificação para o seu tipo em Goioerê, vai para Campo Mourão e assim por diante, mas quase sempre há "gato" na classificação.

Então, já encaminhamos o nosso pedido, e solicitamos a V. Exas. Sr. Presidente, que nosso pedido seja atendido com a máxima urgência, ainda nesta safra, ainda nesta semana, e que se envie um classificador para nossa região.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diariamente, nesta Tribuna, passam-se denúncias, comentários sobre este ou aquele assunto. Deputados de meu partido, do MDB, Deputados da ARENA, aqui se fazem presentes, em suas alocações, sobre problemas relacionados com o Estado do Paraná, com o Brasil.

Queria, neste momento, ao iniciar o assunto que me traz a esta Tribuna, falar de público que cada um dos Srs. Deputados que por aqui passam, não fazem outra coisa senão - de consciência tranquila - trazer soluções para os problemas aqui apontados. Discordo quando alguns Deputados se referindo a alguns de nossos Companheiros, ou da ARENA, dizem que, aqui se usa a Tribuna num sentido demagógico. Nenhum Deputado que tem assento nesta Casa, tem a intenção de levar à opinião popular, através dos órgãos aqui credenciados, o seu trabalho num sentido eleitoral. As eleições estão muito longe, e os problemas do Paraná estão muito perto.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste meu pronunciamento, fazer apelo ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que levasse o problema ao Sr. Governador, para o qual encaminharei cópia de Projeto, para que salvemos uma parte do Paraná, a parte primordial do Paraná, a parte que divulgou o Paraná no Brasil e no Exterior, ou seja, as nossas reservas florestais.

Amparado por companheiros da Secretaria de Agricultura, conseguimos montar, através de uma equipe, de homens que gostam do Paraná, de homens que querem preservar o Paraná, que querem preservar aquilo que nós possuímos, ainda mais que querem dar uma continuidade aos nossos filhos, ao nosso futuro, ao futuro de nossa gente. Estamos entrando no dia de hoje com uma matéria que irá transfigurar o Governo do Sr. Jayme Canet Junior, porque é matéria atinente, principalmente, aos homens do futuro, da geração do futuro.

Estamos entrando no dia de hoje, nesta Casa, com uma Súmula de um Projeto que cria o Instituto Florestal do Paraná, órgão que visa principalmente ser uma entidade autarquia dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia financeira, com sede e foro nesta Capital do Estado, e jurisdição em todo o território paranaense.

Irei justificar aos Srs. Deputados, irei justificar ao nosso Paraná de que alguma coisa, além de ser falada, além de ser denunciada e ser pedida ao Paraná, alguma coisa efetiva, de pronto tem que ser implantada.

E será este Governo, com essa nossa sugestão, que serve deste Deputado como veículo, que é uma sugestão do povo paranaense, que é uma sugestão feita por um grupo de engenheiros florestais, que pesquisaram através de simpósio feito, o que de melhor para as famílias paranaenses.

Este Instituto, dando ao Paraná, o que falta, terá um representante do IBDF, um representante da Secretaria de Agricultura, um representante da Faculdade de Florestas da Universidade Federal do Paraná, um representante do Comando da Polícia Militar do Paraná, um representante da Associação de Reflorestadores do Paraná e Santa Catarina, um representante da Associação Paranaense dos Engenheiros Florestais.

Queria trazer a esta Casa uma justificativa feita através de uma equipe em que demonstra o estado calamitoso em que se encontram nossas reservas florestais.

O Paraná foi o precursor em matéria florestal dentro do setor industrial, com a primeira serra instalada no Brasil. Graças à visão dos Irmãos Rebouças, com a legislação especializada, com a iniciativa pioneira

de Romário Martins, ao elaborar em 1907, o 1º Código Florestal do Paraná.

Não se justificaria, Srs. Deputados, que não tenhamos uma administração florestal estadual, integrada à nova política florestal que a Revolução de março instituiu no País, a partir de 65. A atualização se torna imperativa, sobretudo após a implantação, dentro de São Paulo e Minas Gerais, de autarquias florestais respectivas.

O espírito de nossa política florestal não se justifica que até o presente instante não tenha uma administração florestal estadual, para que no dia de amanhã todos os homens ligados à terra, todos os Srs. Deputados que tem a consciência com vistas ao futuro de nosso Estado, não tenham nada feito em torno de nossas florestas.

Esse Instituto Florestal do Paraná, o seu objetivo básico, seria entre outros, o mencionado no estudo, da diagnose dos problemas florestais prioritários e aspectos de suas diretrizes gerais.

Uma elaboração de uma Carta Florestal, em comparação com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, para definição do zoneamento florestal do Estado, em todos os setores de sua especialidade. Uma promoção de extensas florestas do Estado do Paraná, uma administração e criação de escolas profissionais de nível médio inferior ao operário para especialistas florestais o que encaixea muito o mão de obra em nosso Estado. Uma criação de cooperativas para pequenos e médios produtores de madeira, sementes, resinas e outros produtos.

Falei na criação e reorganização de Estações Florestais dos diversos tipos, na criação de usinas-piloto para a produção de derivados de essências florestais, sobretudo resinas, óleos essenciais, terebentinas, cortiças e tratamento de sementes. Introdução de métodos de manejo, tudo em áreas silvestres, objetivando a proteção da flora, da fauna e dos mananciais.

No dia de ontem, no "Diário Popular" está a preocupação da Universidade Federal do Paraná, que se vê destruição de nossas matas. Todo mundo fala, todo mundo aponta, mas o que queremos é que se apresente uma solução para o magno problema. E, além de criação deste Instituto, em anexo a isto esta equipe de paranaenses que gosta do Paraná, que são homens ligados à Secretaria de Agricultura, elaboraram também o meio de subsistência a este Instituto, dando a S. Exa. ao Sr. Governador como exemplo o que foi feito em São Paulo e Minas, dando além da sua criação a subsistência efetiva.

Estando dando uma amostra a alguém desta Casa que pensa que quando se levanta um problema de ordem política, de ordens como aquelas que nos antecederam das multinacionais, da soja, do algodão, hoje do nosso companheiro Jayme e de diversos companheiros da Arena são, realmente, problemas relacionados com as famílias de suas comunidades do Paraná, da família da comunidade brasileira. E neste paradoxo é que nós confiando na atual administração, que além de acatar esta nossa sugestão terá a si a responsabilidade efetiva de dar andamento a esta sugestão. E já antecipando o que creio que esta Casa, em bem comum de todo o Estado, irá aprovar a nossa sugestão e terá o acatamento imediato de S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Queríamos ainda, ilustrar aos Srs. Deputados que tais fatos teriam benefício imediato na manutenção de um regime hídrico, de um controle da erosão do solo que, graças a Deus, ainda o Paraná tem uma parcela da erosão e futuramente este Estado, se não for criado este Instituto, nossas gerações irão atingir a nós que representamos hoje a organização das leis do Estado e a S. Exa. o Sr. Governador que tem a responsabilidade de transformar estas sugestões e estas leis em regime prático de sua administração, para que tenhamos também, o equilíbrio climático neste Estado, uma disponibilidade de fontes de madeira, uma proteção à fauna e à flora. De nada adianta proibir a caça no Estado do Paraná, se não se proíbe a devastação indiscriminada das nossas reservas florestais. Deveria o IBDF, antes de ver os efeitos, procurar as causas. A principal causa de hoje, da extinção em nosso Estado da fauna não são os caçadores amadores que existem, mas sim a falta de estrutura organizada, a falta de orientação de Governo para com a criação deste Instituto que ora estamos sugerindo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

"O reconhecimento desses bens pela população tem apurado a mudança da política florestal de muitos países, que passaram a adotar uma política de proteção e fomento florestal, estimulando o aparecimento de florestas particulares para atender a demanda imediata da indústria flo-



restal, garantindo assim a perpetuidade das mesmas.

O Paraná é um dos Estados mais tradicionais no ramo madeireiro e segundo os setores ligados ao ramo, a produção estadual do pinho serrado e outras madeiras e derivados em 1973, atingiu o total de 4,94 milhões de metros cúbicos e rendem 2,97 bilhões de cruzeiros\*.

A indústria de compensado do nosso Estado implantada desde a década de 40, representa hoje 60% da produção nacional, produzida no aumento cerca de 376 metros cúbicos de compensados de pinho, de madeira de lei, avaliados em 640 milhões de cruzeiros. No setor de aglomerados, Srs. Deputados, o Paraná foi também precursor, com a primeira fábrica instalada no País; em 1973 a produção paranaense de aglomerados foi na ordem de 60 mil metros cúbicos, no valor de 147 milhões de cruzeiros. As indústrias paranaenses de mulduras, de lambris, perfis e outros manufaturados de madeira, fazem com que o nosso Estado tenha um lugar de destaque, de preferência no mercado nacional, pela especialidade da qualidade de produtos elaborados neste parque industrial do nosso Estado. A indústria do papel e celulose também ocupa no cenário federal, um lugar de destaque, tendo a produção alcançado 285 mil toneladas, no valor de 480 milhões de cruzeiros.

O que queremos estampar nesta Casa, o que queremos levar a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, é que de alguma coisa imediata tem que ser implantada. O Estado do Paraná possui atualmente, só para ilustrar à Casa, uma área florestal total abrangendo todos os tipos florestais, de 2 milhões, 579 mil e 547 hectares, correspondente a 11,83% nessa área total do Estado, e passem, Srs. Deputados, nos últimos 10 anos do nosso Estado, se continuar esse índice de devastação, os nossos filhos, a nossa gente do futuro irá ver que nenhum dos Senhores e nenhum dos Governadores que aqui passaram fizeram com que alguma medida completa e efetiva fosse realmente concretizada para fazer com que parasse esta devastação do Paraná. Nos últimos 10 anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi feita uma devastação de 3 milhões, 710 mil e 603 hectares do Paraná que correspondem a um ritmo de desmatamento de 371 mil e 60 hectares por ano.

Se continuar neste ritmo, daqui a 10 anos, um pouco mais, o Paraná não terá floresta alguma, o Paraná será um Estado como muitos outros da nossa unidade federativa, não será essencialmente agrícola, não terá meios de subsistência, terá que ter o que os outros Estados têm, a atenção através de incentivos fiscais, se não tiver o atual Governo, a responsabilidade de trazer a nós uma Mensagem criando este Instituto.

Creio que na nossa parte, a nossa colaboração como sugestão a S. Exa. a colaboração destes nossos estudos que nos ajudaram a elaborar este documento, irão ficar marcadas nos Anais desta Casa, estudos que esses companheiros engenheiros fizeram de boa vontade e, com espírito público de que são dotados e, este que exerce o mandato serviu apenas de instrumento para apresentar esta sugestão. Queremos somar os anseios da família paranaense, da ilustrada Bancada da ARENA nesta Casa.

A responsabilidade ficará nas mãos do Executivo Estadual.

O SR. LAZARO DUMONT – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É com muito prazer que ofereço um aparte a V. Exa. neste valioso discurso que está V. Exa. proferindo nesta Casa, no dia de hoje, Gostaria de dizer também, de que inclusive nos – seria uma coincidência muito grande se disséssemos que foi a mesma coisa que V. Exa. está lendo na Tribuna – já tínhamos um trabalho quase pronto para apresentar a esta Casa, também sugestão ao Sr. Governador do Estado, visando a criação do Instituto Florestal do Estado do Paraná e, nessas condições, quero parabenizar-me com V. Exa. por trazer um assunto realmente de grande importância para o Estado do Paraná, principalmente o reflorestamento futuro. A preocupação não é só nossa, não é só de V. Exa., pois ontem ouvimos da Tribuna aquela Mensagem em que o povo de Pinheiros, quando da posse do Sr. Jayme Canet, num trechinho da Mensagem onde dizia o seguinte, numa frase assim, dando a entender que seria uma piada: Em piên ainda existem pinheiros. Numa advertência ao Estado do Paraná pela forma arrasadora como está se acabando não só com o pinheiro do Paraná mas com toda nossa floresta. Por outro lado, gostaríamos de dizer a V. Exa. que neste projeto em que apresentáramos, e que não há mais necessidade porque V. Exa. está apresentando, teria uma outra cláusula, eu não sei se V. Exa. ainda irá mencionar, mas no nosso pensamento, o Insti-

tuto Florestal do Paraná, se criado, deveria constar uma cláusula obrigatória para qualquer fim agrícola do Estado do Paraná uma reserva florestal. A propriedade, por menos que fosse, que não tivesse reservas florestais de pelo menos 10% de sua área não tivesse financiamento para fins agrícolas, mas que não tivesse área nenhuma se não tivesse árvores, se obrigaria a um projeto de reflorestamento para obter financiamento bancário. Inclusive iríamos mais além ainda, no futuro. Nós apenas não tínhamos nesta Casa nome de Deputado como o de V. Exa. apenas sendo lembrado como Deputado do passado, que também se previa isto como o do Deputado que V. Exa. mencionou isto em 1907, quando naquela época o Paraná era floresta, quase se previa o que está acontecendo. Portanto, nobre Deputado, é com prazer que ouço V. E. M. abordar o assunto no dia de hoje, tão importante para o nosso Estado. Gostaria que cada homem tivesse como outro amor na sua vida, as árvores.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Agradeço o aparte do nobre Deputado Lázaro Dumont, e quero somar com V. Exa. nesta sugestão, que não parte somente deste Deputado, parte também da família paranaense e V. Exa. que já tem uma matéria correlata a esta, queremos, neste instante, somar com V. Exa. para que o Governador do Estado sentisse de que também nesta Casa, além das iniciativas de um Deputado, sentisse que estão as iniciativas comuns com este pensamento ora relatado. Mas o que já foi salientado nesta Casa e que o maior desmatamento ocorrido justamente nesta área que enfrenta os maiores problemas com a erosão, representa a nós Deputados, que o fenômeno da devastação que vem ocorrendo no Paraná foi também observado em outra região do mundo, quando o recurso florestal chega a nível baixo, a ponto de atingir a economia da população. A mudança de atitudes geralmente leva a todos a aceitar medidas antes rejeitadas para enfrentar o problema, decorrente da exploração feita indiscriminadamente, como é o fato no Estado do Paraná que há dias passados, um Deputado, nosso companheiro de Guarapuava, levantava problemas coleratos, a situação da madeira, o nosso colega Deputado Trajano Bastos e diversos outros Srs. Deputados, em outras Legislativas, fizeram com que aqui fosse acentuado o problema do desmatamento. Hoje, estamos entregando à Casa, e consequentemente ao Governo do Estado, a solução do problema, fazendo com que uma taxa que anexo a este Instituto, dispõe sobre a cobrança das taxas estaduais que dá, consequentemente, o sustentáculo de existência desse nosso projeto do Instituto Florestal do Paraná.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É bastante oportuna a colocação do problema para o Paraná, do desmatamento. E é oportuno também para lembrarmos, de que, apesar de criado o Parque Nacional do Marumbi, até o presente ainda não foi instalado.

É, Sr. Deputado, já alguns anos, quando ainda estudante na Escola de Engenharia, tendo a felicidade de ter como Professor o falecido ex-Governador Parigot de Souza, dizia aquele eminente homem e Professor, que dentro de alguns anos, teríamos um problema gravíssimo pelo desmatamento com a Baía de Paranaguá, e com o Porto de Paranaguá, consequentemente. Há três dias e hoje mesmo, desta Tribuna, o Deputado Nelson Buffara levantava o problema da necessidade da dragagem daquele porto, que ora se está se fazendo. Os homens públicos dos últimos tempos, esqueceram as recomendações dos técnicos quanto ao Parque Nacional do Marumbi. Os homens públicos brasileiros estão esquecidos também dos incentivos fiscais para o reflorestamento. E aí, temos uma diminuição deste incentivo. Por isso a oportunidade do pronunciamento do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk no momento, em que novamente o reflorestamento e o combate ao desmatamento deve tomar conta dos homens públicos, V. Exa. traz à Casa, este brilhante pronunciamento. Para os homens que viram nestes últimos anos a Região Oeste do Paraná ser totalmente desmatada, pois tenho tido a oportunidade de viajar pelo Oeste do Paraná, Cascavel, Toledo, Palotina, hoje completamente desmatados. Portanto a preocupação de V. Exa. é válida, receba por isso, o meu apoio.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Agradecendo o aparte do nobre Deputado

Deni Schwartz, queríamos ao complementar essa nossa exposição no dia de hoje, Srs. Deputados, dizer que o Paraná, há poucos decênios, era um dos Estados mais ricos em matas do País. Até 1930 era possível observar o avanço das matas, a partir de isolados capões, de cabeceiras, na região onde o equilíbrio normal não havia sido perturbado pela quei-



mada regular dos campos. Devido às queimadas, a mata começou a desaparecer cada vez em maior escala para dar lugar às estepes, campos baixos, campos cerrados ou estepes arbustivas. Inicialmente matigera, em seguida capoeira, até transformar-se em carrascal, isto é, um campo cerrado que se apodera da área primitiva da mata. A paisagem primitiva de nosso Estado está de tal maneira modificada, com o testemunho dos Srs. Deputados, que inúmeros viajantes desta País, que há cinco ou dez anos conheceram o Paraná, não o reconhecem mais as regiões que outrora palmilhavam.

As matas ao lado das rodovias que demandam ao Oeste, ao Sul, ao Norte, foram as mais atingidas por esta alteração e estes viajantes hoje não mais reconhecem a região.

Queríamos, ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecer em nome do povo do Paraná aos nossos amigos da Secretaria de Agricultura que contribuíram, através do anexo que acompanha nossa sugestão, com o mapeamento estatístico das matas existentes no Paraná em matéria de reserva florestal. Agradeço o conteúdo objetivo e prático e as soluções apresentadas a S. Exa. o Governador do Estado com referência a este grave problema.

Quero também agradecer aos companheiros do MDB que antecipadamente nos deram o aval de ter nesta Casa a aprovação desta matéria, como também aos companheiros da ARENA que entenderam que esta Mensagem faz com que alguma coisa mais alta que Partido, alguma coisa mais alta que política, mais alta que nos outros, faz com que Deus ilumine o Governador, concretizando esta idéia que não é nossa, mas é do povo do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, lidos da Tribuna. — Necessitam de apoio. — *Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.*

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 123/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que transfere por morte da beneficiária Rosália Freitas de Carvalho, a pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para sua filha Ondina Carvalho Oliveira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — *Aprovado artigo por artigo.*

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 274/73, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que proíbe o Comércio de Aluguel de Telefones da TELEPAR, e dá outras providências. Parecer contrário da C.C.J. — *Aprovado.*

#### PROJETO DE LEI Nº 274/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica proibido aos acionistas da Telepar, a atual comercialização que se verifica na cessão para terceiros, a título de aluguel, de linhas telefônicas.

ARTIGO SEGUNDO — Os infratores serão punidos com o cancelamento de seus contratos junto à Telepar.

ARTIGO TERCEIRO — Nos casos mencionados no Artigo anterior, caberá à direção da Telepar providenciar, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, a devolução aos acionistas punidos, do dinheiro correspondente à avaliação do dia registrada nos preços dos telefones.

ARTIGO QUARTO — Quando houver o cancelamento de qualquer telefone, por infração à presente lei, a direção da Telepar deverá vendê-lo para outro interessado que esteja há mais tempo na fila, de espera para obtenção deste importante serviço.

ARTIGO QUINTO — A direção da Telepar comunicará aos seus acionistas, na maior brevidade possível, a vigência desta lei, para que ninguém alege ignorá-la.

ARTIGO SEXTO — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 19 de Dezembro, em 19 de novembro de 1973.

a) ANTONIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de abolir um novo e desastroso comércio que se implantou no Paraná: o aluguel de telefones. Há elementos que chegaram a organizar até firma comercial para operar no ramo. Isto vem encarecendo os preços dos telefones, chegando a tirar a oportunidade de muitos que desejavam possuir um aparelho em casa ou em sua firma, pois o atual mercado paralelo encareceu sensivelmente os preços dos aparelhos, o que é lamentável, por tratar-se de serviço público.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 274/73

#### PARECER

O ilustre Deputado Antonio Belinati, pretende instituir, por lei, a proibição do comércio de aluguel de telefones da Telepar.

Pela justificação do projeto, percebe-se que o nobre autor deseja por fim no mercado paralelo atualmente existente no estado, que redunda no encarecimento dos aparelhos em prejuízo do serviço público em questão.

Lamentavelmente, a respeitável indignação do operoso Deputado veio mal servida pela redação proibitória, a ponto de tornar a idéia extremamente impraticável.

E que a competência para explorar e legislar sobre telecomunicações, é exclusiva da União, segundo estabelece a Constituição Federal, no Inciso IV, letra a), e no inciso VII, do artigo 89.

Em consequência, a disciplina legal do direito pessoal de uso das linhas telefônicas é atribuição do órgão administrativo federal encarregado do setor, que é o Ministério das Comunicações ou entidades especializadas a ele pertencentes, na forma e dentro dos limites estabelecidos em diplomas superiores.

Atualmente, as normas reguladoras da transferência, temporária ou definitiva, de assinaturas de serviço telefônico público urbano estão concretizadas na Portaria nº 351, de 26 de junho de 1972, editada pelo Ministério das Comunicações (Cf. D.O.U. de 3.7.72).

Por outro lado, ainda que não fosse exclusiva a competência da União, na referida área, o legislador estadual jamais poderia estabelecer com sucesso, uma proibição a acionista de qualquer empresa, seja de economia mista ou particular, porque em qualquer dos casos tais entidades e a condição dos respectivos associados são regidas pelo Direito Comercial.

Nem mesmo a empresa concessionária do serviço público — "spon-te sua" — poderia estabelecer a proibição pretendida, segundo se verifica da decisão do Tribunal de Alçada da Guanabara, proferindo em 24.8.70, nos termos seguintes:

"Não pode a concessionária do serviço telefônico criar obstáculos à transferência de assinatura e respectivo aparelho, feita segundo as normas legais e regulamentares em vigor: Cf. ADOCOAS — Boletim de Jurisprudência — 1971 — pgs. 152).

As demais disposições do projeto, por serem de caráter acessório, e complementar da proibição de alugar linhas telefônicas, participam com esta da inviabilidade legal e constitucional.

Face ao exposto, opino pela rejeição do projeto, em virtude de sua insanável inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, em (ilegível)

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) ERONDY SILVERIO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Sérgio Eduardo Martins, vítima de lamentável acidente automobilístico. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine ao DER o imediato revestimento do trecho da estrada que liga a cidade de Mangueirinha, ao asfalto da BR 373 — Três Pinheiros — Pato Branco. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 75º aniversário de fundação da cidade de Jacarezinho. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao DER no sentido de colaborar com maquinário na conservação das estradas de rodagem dos municípios de São João e São Jorge do Oeste. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser criada e construída escola para ensino de 2º grau, na localidade de Santa Rosa, Município de Chopinzinho. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23º aniversário de fundação da Rádio Cultura do Paraná. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que determine a adoção de urgentes medidas, visando solucionar o problema referente aos detritos do depósito de lixo do Município de Curitiba, atualmente sendo utilizado pela empreiteira deste serviço, Cia. Lipater. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através da Secretaria de Educação e Cultura e Fundepar, seja construída uma Casa Escolar para ensino de 1º grau, na localidade de Santo Antonio, município de Mangueirinha. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Secretário de Justiça e Segurança Pública, no sentido de que sejam determinadas providências para o aumento da "etapa" de alimentação concedida aos presos de cadeias públicas. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja feito urgentes reparos na estrada que demanda de União da Vitória - Porto União - Bituruna até o Rio Iratin, no Município de Palmas. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o projeto de Lei nº 191/74. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a consignação na Ata dos Trabalhos, do Editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "As Batatas, ora as Batatas". - Aprovado. (O editorial a ser transcrito acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Copel, no sentido de colocação de luminárias e reatores nas ruas e avenidas de Maringá, sejam renovadas com normalidade. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do DER, no sentido de que sejam tomadas providências visando melhor conservação das estradas de terra que ora ligam a cidade de Cascavel a Toledo, Mal. Cândido Rondon a Guaíra e outras. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20º aniversário do jornal "Diário do Paraná". - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 60/74 e da Resolução nº 1/75. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/74.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/73.

marcando ainda, uma Sessão para sexta-feira, dia 4, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 134/73 e 334/73.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURICIO FRUET, EM SESSÃO REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1975.

## AS BATATAS, ORA AS BATATAS!

Há mais de um decênio que, esta época do ano, o lavrador de Contenda e adjacências assiste a repetição do dramático fenômeno do aviltamento dos preços da batata.

Constituindo-se no maior município bataticultor do Paraná, Contenda vê, mais uma vez, o drama do agricultor que, mesmo em cooperativa, não consegue desencilhar-se da crença de que carrega, como Sísifo, a pedra mais alta da montanha, e quase no cume, volta a rolar para o sopé, renovando-se seu esforço ingente e inócuo até o final dos Tempos.

Há anos que, também fizemos por estas colunas um apelo para que se instale, nessa parte da Região Metropolitana de Curitiba, um complexo agro-industrial, que possibilite o aproveitamento da batata, industrializando-a e fazendo com que cesse assim seu curto período de aproveitamento antes de que se apodreça.

É bem verdade que, embora, renitente no seu hábito, o agricultor dessa parte do Paraná, já resolveu medir esforços para a avicultura, que está despontando com grandes possibilidades econômicas na área.

Isto, todavia, vem somente comprovar mais uma vez, que malgrado todos os apelos feitos, não se conseguiu encontrar uma fórmula que tornasse possível o aproveitamento industrial da batatinha de Contenda e cercanias. Ainda agora, como "Gazeta do Povo" divulgou na sua edição de ontem, a Cooperativa Mista Bom Jesus da Lapa tentou a fórmula da exportação da batata da região para a Argentina. A má qualidade do produto, deitou por terra a hipótese.

Estamos, assim, diante do fenômeno da existência de 40% da produção de batatas estar na terra, não tendo sido colhida devido a existência de superprodução.

No início do ano de 65, o Paraná assistiu também, a uma grande produção de batatas nessa região, realizando, na oportunidade, uma grande operação - supervisionada pelo poder público estadual - de venda do produto para o Nordeste Brasileiro. Foi, todavia, uma tentativa isolada, enquanto se faziam solicitações no sentido de que se estudasse a possibilidade de instalação de um complexo agro-industrial em Contenda. De então, a esta parte, entretanto, os esforços feitos não operaram resultados esperados.

Continuamos, portanto, assistindo ao drama do lavrador desta parte da região Metropolitana de Curitiba. Produz-se muito. O preço avilta-se. A batata é entregue aos porcos ou nem mesmo colhida. Não vale o esforço de tirá-la da terra, já que não se constitui numa operação econômica. A situação é, realmente triste, chegando a ser inclusive, realmente vexatória para nossa condição de Estado agrícola, que deseja caminhar para a Agro-Indústria.

PORTARIA Nº 123/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1332/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar ZILDETE TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível PL 21, de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado WILSON FORTES.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral